

## DIÁLOGO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO COMO FERRAMENTA CONTRA VIOLÊNCIA

SUELEN XAVIER DA SILVA SANTOS<sup>1</sup>; NATÁLIA ARAÚJO DE LIMA<sup>2</sup>;  
ANGELA TORMA PIETRO<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade Anhanguera de Rio Grande – [suxavier29@gmail.com](mailto:suxavier29@gmail.com)

<sup>2</sup>Faculdade Anhanguera de Rio Grande – [nathlima@aedu.com](mailto:nathlima@aedu.com)

<sup>3</sup>Faculdade Anhanguera de Rio Grande – [angela.pietro@anhanguera.com](mailto:angela.pietro@anhanguera.com)

### 1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver intervenções positivas através de reflexões sobre cidadania e direitos no âmbito escolar, tendo como título: “DIÁLOGO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO COMO FERRAMENTA CONTRA VIOLÊNCIA”. Tema de extrema importância principalmente para educandos que estão em formação. Este integra as ações do Projeto de Pesquisa e Extensão “Direito e Cidadania” da Faculdade Anhanguera do Rio Grande, e tem como objetivo principal proporcionar uma conversa aberta com os estudantes do ensino regular do Município de Rio Grande sobre as várias faces da violência, conscientizando-os sobre o que é violência, além de orientá-los sobre as medidas cabíveis.

O público alvo são estudantes da rede pública e particular de ensino do Município do Rio Grande. Entende-se que a interação dos jovens nas legislações, literatura e filosofia que versam sobre os direitos e deveres da vida em sociedade contribuem de forma significativa para a formação de um cidadão mais crítico e com conhecimento do funcionamento e regramento da sociedade.

Na formação escolar é transmitido para o jovem, conhecimentos básicos e históricos de várias matérias consideradas como fundamentais para a formação profissional e pessoal do futuro cidadão. A Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos especifica os fundamentos ao qual devem ser abordados nos currículos das escolas brasileiras. No seu artigo 36, I, esta lei nos diz: *“Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania”* (BRASIL, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

A motivação inicial para o desenvolvimento deste projeto é iniciar este cidadão em formação nos conhecimentos políticos sociais que regulam a nossa sociedade. Apresentar-lhe seus direitos e deveres como componente de uma república federativa, para que ao adquirir sua capacidade plena, possa este indivíduo ter informações básicas e relevantes sobre a sociedade de direito, contribuindo assim para sua vida laboral, pessoal e exercício de sua cidadania.

Como bem destaca o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 2017).

Neste contexto é importante ressaltar que a partir deste diálogo se pode

pensar quais as atitudes podem ser adotadas de forma preventiva e, até mesmo, protetivas. Além de estimular os estudantes a refletir, principalmente em relação as violências no espaço escolar.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Trata-se de um trabalho que prima por um método qualitativo utilizando como instrumentos metodológicos, os seguintes passos: reuniões sistemáticas com a equipe de trabalho que conta com acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade Anhanguera do Rio Grande; realização do mapeamento das Escolas de Ensino da Rede do Município do Rio Grande; inserção ecológica (CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H., 2004) que propõe ao pesquisador um olhar cuidadoso dirigido a todos os participantes do contexto estudado.

Os encontros são realizados, mensalmente, diretamente nas escolas seguindo a seguinte ordem de temas: 1) Direito e Cidadania; 2) Direitos individuais e coletivos; 3) Direitos Sociais; 4) Responsabilidade social. O projeto tem como metodologia de pesquisa a inserção ecológica e como método de análise dos dados a análise do discurso. As atividades realizadas visam a atenção e participação dos estudantes, e o incentivo ao pensamento crítico e reflexivo sobre o tema.

## **3. RESULTADOS**

As atividades do projeto tiveram início no ano de 2016 com a formação da equipe e posterior mapeamento das escolas da rede. Inicialmente o projeto foi desenvolvido em 6 escolas. Após reuniões com a equipe ficou decidido que no ano de 2017 as atividades seriam realizadas em todas as turmas de uma única escola, com o objetivo de atingir o maior número de estudantes. Os resultados parciais demonstram a necessidade que os estudantes possuem de refletir e falar sobre questões relacionadas aos direitos das mulheres e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além do evidente interesse destes em conhecer mais sobre as diferentes formas de violência, como, também, reconhecer um caso de violência, e, ainda, quais as formas de prevenção.

## **4. AVALIAÇÃO**

Com a proposta, podemos compreender como é importante a efetivação de trabalhos que estimulem a criança e o adolescente a pensar de maneira reflexiva e crítica no que se refere a violência, além de orientar sobre a proteção destes e de outros que possam estar em uma situação de violência. Posto que a informação e o discurso são ferramentas importantes para que, desta forma, os jovens possam tomar atitudes comprometidas contra a violência.

O presente trabalho se faz necessário para contribuir no desenvolvimento intelectual e pessoal do jovem, promovendo o conhecimento basilar para que possa exercer sua cidadania com consciência e informação, necessários para formação de suas condutas morais e sociais. Introduzindo este conhecimento na

educação básica, o jovem terá inculcido em si os direitos e deveres necessários para o convívio em sociedade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal n. 8069 de 13 de julho de 1990.** Acesso em maio de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm).

BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em junho de 2017.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, S. H. (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

EL-KHATIB, Umaia. **Dialogando sobre a violência, o adolescente em conflito com a lei e o Estatuto da Criança e do adolescente.** Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010. Acesso em maio de 2017. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8384](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8384)>..